ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Responsa

O Programa Papo de Responsa foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O 'Papo de Responsa' é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Responsa, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de "Papo é um Papo", a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o "Papo no Chão", os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoes>. Acesso em: 30/jan./2019.

1. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.

(A) É discutido temas diversos no programa.

(B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.

(C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.

(D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto "Papo de responsa".

(E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.

2. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.

"Se algum órgão da comunidade _____ o programa "Papo de Responsa", os policiais _____ o local e_____ o projeto.

(A) convocam – visitarão – realizam

(B) convocasse – visitão – realizarão

(C) convocar – visitariam – realizão

(D) convocão – visitam – realizarão

(E) convoca – visitam – realizam

3. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.

(A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.

(B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.

(C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.

(D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.

(E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.

Scanned by CamScanner

4. Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo "responsa" é formado por

(A) derivação prefixal.
(B) derivação parassintética.
(C) redução.
(D) hibridismo.
(E) composição por aglutinação.

5. O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de

(A) disfarçar um preconceito linguístico.
(B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
(C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
(D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
(E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.

6. Em "[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, <u>para que</u> os policiais entendam a percepção deles [...]", a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por

(A) a fim de que.
(B) afim de que.
(C) conquanto que.
(D) com quanto que.
(E) porquanto que.

7. De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.

(A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
(B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
(C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
(D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
(E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.

8. Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.

"[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], <u>mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada</u>."

(A) "[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.".
(B) "[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.".
(C) "[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.".
(D) "[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.".
(E) "[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.".

9. No excerto "[...] aproximando os policiais <u>da comunidade</u> e, principalmente, dos adolescentes.", a preposição "da", na expressão em destaque, indica

(A) posse.
(B) modo.
(C) meio.
(D) alvo.
(E) tempo.

10. Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.

(A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
(B) E-qui-pe / me-i-o.
(C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
(D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
(E) Pro-ce-sso / in-sti-tu-i-ção.

11. "Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu <u>o programa</u> e [...] trouxe para o Estado".

A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por

(A) conheceu-o.
(B) os conheceu.
(C) conheceu-lhe.
(D) conheceu-no.
(E) lhe conheceu.

Scanned by CamScanner

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.

Disponível em: <https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>. Acesso em 01/fev./2019.

12. Em "Que tragédia!", o "Que" tem função de

(A) advérbio.
(B) substantivo.
(C) pronome relativo.
(D) conjunção integrante.
(E) interjeição.

13. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
(B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
(C) Em "Formigas!", há ênfase na função fática.
(D) Em "Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]", há ênfase na função referencial.
(E) Em "Não há desgraça maior que formigas", há ênfase na função emotiva.

14. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
(B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
(C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
(D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
(E) O verbo no presente em "Não há desgraça pior do que as formigas!" visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

15. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

(A) Pleonasmo.
(B) Metonímia.
(C) Antonomásia.
(D) Eufemismo.
(E) Hipérbole.

Scanned by CamScanner

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. No que ser refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

(A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.

(B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso, que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.

(C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.

(D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.

(E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

17. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

(A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.

(B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida "ex-offício".

(C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.

(D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.

(E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

18. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

(A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.

(B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.

(C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.

(D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

(E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

19. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

(A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.

(B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.

(C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.

(D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.

(E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

Scanned by CamScanner

20. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

(A) pensões especiais.
(B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.
(C) previdência e seguro social.
(D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
(E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

Direito Constitucional

21. O Poder Constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado. A respeito do Poder Constituinte, é correto afirmar que

(A) o Poder Constituinte derivado não está preso a limites formais.
(B) o Poder Constituinte originário está previsto e regulado no texto da própria Constituição.
(C) o Poder Constituinte derivado pode se manifestar na criação de um novo Estado ou na refundição de um Estado.
(D) o Poder Constituinte originário pode ser reformador ou revisor.
(E) o Poder Constituinte originário é permanente, eis que não se esgota no momento do seu exercício, podendo ser convocado a qualquer momento pelo povo.

22. A respeito das funções exercidas pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assinale a alternativa correta.

(A) Ao apreciar defesas e recursos administrativos, o Poder Executivo desempenha uma de suas funções típicas.
(B) O Poder Legislativo tem como uma de suas funções típicas a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Poder Executivo.
(C) Ao elaborar os Regimentos internos de seus Tribunais, o Poder Judiciário desempenha uma de suas funções típicas.
(D) A edição de medidas provisórias pelo Presidente da República configura função típica do Poder Executivo.
(E) Quando o Senado julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, está exercendo função típica do Poder Legislativo.

23. Com base no que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil quanto ao Poder Executivo, assinale a alternativa correta.

(A) A chefia de Estado e a chefia de Governo são exercidas pelo Presidente da República com o auxílio dos Ministros de Estado.
(B) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do período presidencial, serão realizadas novas eleições indiretamente, em sessão do Congresso Nacional.
(C) Somente brasileiros natos, maiores de trinta anos, poderão exercer a função de Ministro de Estado.
(D) Compete privativamente ao Vice-Presidente da República vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
(E) O Presidente da República é membro do Conselho da República.

24. Quanto ao Poder Judiciário, a Constituição da República Federativa do Brasil prevê que

(A) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa, porém não é assegurada autonomia financeira.
(B) o Estatuto da Magistratura trata-se de Lei Ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
(C) são, dentre outros, órgãos do Poder Judiciário: o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares.
(D) o quinto constitucional é a norma que prevê que um quinto dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, Distrito Federal e Territórios será composto por membros oriundos do Poder Executivo.
(E) o Supremo Tribunal Federal é composto por onze Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela Câmara de Deputados.

25. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, são Funções Essenciais à Justiça, EXCETO

(A) o Ministério Público.
(B) a Advocacia Pública.
(C) a Advocacia.
(D) a Defensoria Pública.
(E) o Tribunal de Contas da União.

Scanned by CamScanner

26. A respeito do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, com base no que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

(A) a declaração de estado de guerra é um dos motivos que justificam a decretação do Estado de Defesa.

(B) preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por calamidades de grandes proporções na natureza são motivos que justificam a decretação do Estado de Sítio.

(C) a ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o Estado de Sítio justifica a decretação do Estado de Defesa.

(D) tanto no Estado de Sítio quanto no Estado de Defesa o Congresso continuará em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

(E) não há o que se falar em responsabilização por ilícitos cometidos pelos executores ou agentes do Estados de Sítio e de Defesa praticados durante a sua vigência.

27. Inconstitucionalidade é a desconformidade entre uma norma da Constituição e outra infraconstitucional. A respeito do Controle de Constitucionalidade, é correto afirmar que

(A) a cláusula de reserva de plenário, prevista no artigo 97 da Constituição Federal, caracteriza-se como condição de eficácia jurídica da declaração de inconstitucionalidade dos atos do Poder Público.

(B) por meio da Ação Direta de Constitucionalidade (ADC), busca-se declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

(C) a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) caracteriza-se como meio de controle difuso de constitucionalidade.

(D) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não pode se dar na modalidade incidental, somente autônoma.

(E) são algumas das peculiaridades da Ação Direta Genérica de Inconstitucionalidade (ADI genérica): admite desistência, é passível de ação rescisória e pode ter seu objeto ampliado pelo Supremo Tribunal Federal.

28. São formas de governo:

(A) Presidencialismo e Parlamentarismo.

(B) Monarquia e República.

(C) Estado liberal e Estado social.

(D) Estado unitário e Estado federal.

(E) Democracia e totalitarismo.

29. No Brasil, o(s) único(s) ente(s) federativo(s) que NÃO possui/em competência judiciária é/são:

(A) a União.

(B) os Estados.

(C) o Poder Legislativo.

(D) os Municípios.

(E) o Distrito Federal.

30. Tratando-se de direitos e garantias fundamentais, segundo o ordenamento constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) A idade mínima de trinta e cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal é uma das condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal.

(B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, ainda que sem representação no Congresso Nacional.

(C) Para fins de reconhecimento da nacionalidade brasileira, a Constituição Federal considera tanto o *ius solis* quanto o *ius sanguinis*.

(D) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

(E) É a todos assegurado, mediante o pagamento das respectivas taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Scanned by CamScanner

Direito Administrativo

31. A respeito dos deveres dos Agentes Públicos, é correto afirmar que

(A) a prática intempestiva, por omissão, pelo Agente Público, de atos de sua competência não viola o seu dever de agir.

(B) o dever de eficiência sujeita apenas os Agentes Públicos vinculados à Administração Pública Direta.

(C) o dever de probidade do Agente Público exige que ele realize os atos de sua competência sempre buscando o melhor para a Administração Pública e, por consequência, para o interesse público.

(D) o Congresso Nacional não tem participação no julgamento das contas do Presidente da República, tal ato é de competência exclusiva do Tribunal de Contas da União.

(E) o dever de prestar contas está relacionado unicamente com a gestão de dinheiro público.

32. Os atos administrativos, quanto ao grau de liberdade da Administração Pública para decidir, podem ser

(A) internos ou externos.

(B) individuais ou gerais.

(C) vinculados ou discricionários.

(D) concretos ou abstratos.

(E) simples ou complexos.

33. Poderes Administrativos são elementos indispensáveis para persecução do interesse público. São Poderes da Administração Pública, EXCETO

(A) Poder de Polícia.

(B) Poder Regulamentar.

(C) Poder Hierárquico.

(D) Poder Judicial.

(E) Poder Disciplinar.

34. Abuso de poder é toda ação que torna irregular a execução do ato administrativo, legal ou ilegal, e que propicia, contra seu autor, medidas disciplinares, civis e criminais. Sobre o abuso de poder, assinale a alternativa correta.

(A) O abuso de poder pode estar presente somente nos atos discricionários e não nos atos vinculados.

(B) O abuso de poder pode ocorrer tanto por desvio de poder, ou finalidade, como por excesso de poder.

(C) O autor do abuso de poder será responsabilizado somente nas esferas administrativas e criminal e não na esfera cível.

(D) O abuso de poder pode estar presente somente nos atos ilegais e não nos atos legais.

(E) Desvio de finalidade e abuso de poder são expressões sinônimas em termos conceituais.

35. Os serviços públicos podem ser classificados

(A) quanto à obrigatoriedade da utilização, em compulsórios e facultativos.

(B) quanto aos usuários, em federais, estaduais, distritais e municipais.

(C) quanto à essencialidade, em serviços de execução direta ou de execução indireta.

(D) quanto à entidade a quem foram atribuídos, em gerais ou específicos.

(E) quanto à forma de execução, em essenciais ou não essenciais.

36. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de instrumento de controle jurisdicional da Administração Pública.

(A) Reclamação Administrativa.

(B) Comissão Parlamentar de Inquérito.

(C) Pedido de Informação.

(D) Recurso Administrativo.

(E) Mandado de Segurança.

37. Ao tratarmos de Regras de Direito Administrativo, é importante considerar que o Direito Administrativo, por ser um ramo do Direito Público, não se adequa a todos os princípios da hermenêutica do Direito Privado. Assim, para interpretá-lo, é indispensável observar alguns pressupostos diretamente ligados a esse ramo do Direito. Dentre esses pressupostos, está a

(A) igualdade jurídica entre a Administração Pública e os administrados, sem prevalência de interesses de um ou de outro.

(B) presunção absoluta de legitimidade dos atos da Administração Pública.

(C) inviabilidade de discricionariedade na prática rotineira das atividades da Administração Pública.

(D) necessidade de poderes discricionários para a Administração atender ao interesse público.

Scanned by CamScanner

(E) sobreposição do interesse privado, ou seja, dos administrados, sobre o interesse público.

38. O Estado de Direito pode ser conceituado como uma pessoa jurídica política, juridicamente organizada e obediente às suas próprias leis. A respeito do conceito de Estado, elementos, poderes e organização, é correto afirmar que

(A) o Estado, segundo grande parte da doutrina, é composto de três elementos originários e indissociáveis, quais sejam: o povo, a legislação interna e o governo soberano.

(B) o Estado, para se organizar, divide-se em três elementos estruturais, ou organizacionais, que são chamados Poderes, ou Funções, por alguns doutrinadores, sendo eles: o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Econômico.

(C) o Poder Legislativo exerce como função típica a aplicação coativa da lei ao caso específico, estabelecendo regras concretas, sem produzir regras primárias no mundo jurídico.

(D) a administração pública direta é exercida por meio das autarquias, fundações públicas, empresas estatais e sociedades de economia mista.

(E) a tripartição dos Poderes do Estado não gera absoluta divisão de poderes, mas sim distribuição de três funções estatais precípuas, uma vez que o poder estatal é uno e indivisível.

39. No que se refere aos Princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

(A) O princípio da razoabilidade se trata, em suma, do princípio da proibição de excessos.

(B) O princípio da proporcionalidade, aplicado à Administração Pública, significa que a atividade administrativa deve ser prestada de forma contínua, sem intervalos, sem lapsos ou falhas, sendo constante e homogênea.

(C) O princípio da motivação estabelece que a Administração Pública pode controlar os seus próprios atos, seja para anulá-los, quando ilegais, seja para revogá-los, quando inconvenientes ou inoportunos.

(D) O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja prestada com correção, pautada em regras de boa administração em prol do interesse do povo e do bem comum, estando ligado ao conceito de bom administrador.

(E) O princípio da indisponibilidade do interesse público estabelece que a atuação do agente público deve basear-se na ausência de subjetividade, ficando este impedido de considerar quaisquer inclinações e interesses pessoais, próprios ou de terceiros.

40. A descentralização administrativa ocorre quando há a transferência da responsabilidade, pelo exercício de atividades administrativas pertinentes à Administração Pública, a pessoas jurídicas auxiliares por ela criadas com essa finalidade ou para particulares, podendo se dar por meio da outorga ou delegação de serviços públicos. A respeito da outorga e da delegação de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

(A) É possível realizar a outorga por meio de lei, contrato administrativo ou ato administrativo.

(B) Na outorga, transfere-se a titularidade e a execução dos serviços públicos.

(C) A delegação pode se dar exclusivamente para as pessoas da Administração Pública Indireta.

(D) A outorga pode se dar para pessoas da Administração Pública Indireta ou para os particulares, dependendo do caso.

(E) Na delegação, transfere-se a titularidade e a execução dos serviços públicos.

Direito Penal / Legislação Extravagante

41. O sujeito que obtém para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento, incorre no delito de

(A) furto qualificado.

(B) furto de coisa comum.

(C) extorsão.

(D) dano.

(E) estelionato.

Scanned by CamScanner

42. São crimes cometidos por funcionário público contra a administração em geral, EXCETO

(A) peculato.
(B) concussão.
(C) facilitação de contrabando ou descaminho.
(D) tráfico de influência.
(E) advocacia administrativa.

43. O sujeito que inova artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito, ou, ainda, se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, responderá pelo crime de

(A) favorecimento pessoal.
(B) fraude processual.
(C) favorecimento real.
(D) coação no curso do processo.
(E) patrocínio infiel.

44. Para efeitos de reincidência em conformidade com o disposto no Código Penal, considera-se reincidente o sujeito que tenha cometido novo crime

(A) depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, cujo período entre o cumprimento ou a extinção da pena não exceda a 5 anos em relação ao novo delito.
(B) depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, cujo período entre o cumprimento ou a extinção da pena não exceda a 10 anos em relação ao novo delito.
(C) antes de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, cujo período entre o cumprimento ou a extinção da pena não exceda a 5 anos em relação ao novo delito.
(D) depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, cujo período entre o cumprimento ou a extinção da pena não exceda a 3 anos em relação ao novo delito.
(E) depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, independentemente do tempo que tenha ocorrido entre o cumprimento ou a extinção da pena em relação ao novo delito.

45. Seguindo as diretrizes registradas em nossa legislação extravagante, de acordo com a Lei nº 12.850/13 (organização criminosa), compreende-se como organização criminosa

(A) a associação de 3 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 2 anos, ou que sejam de caráter transnacional.
(B) a associação de 3 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 anos, ou que sejam de caráter transnacional.
(C) a associação de 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 2 anos, ou que sejam de caráter transnacional.
(D) a associação de 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 anos, ou que sejam de caráter transnacional.
(E) a associação de 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 3 anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Scanned by CamScanner

46. Especificamente aos crimes cometidos contra o patrimônio, estabelecidos no Título II do Código Penal, é isento de pena quem comete

(A) o crime de roubo em prejuízo a qualquer parente consanguíneo.
(B) o crime de furto simples contra ascendente maior de 60 anos.
(C) o crime de extorsão contra irmão, legítimo ou ilegítimo.
(D) o crime de roubo contra irmão, legítimo ou ilegítimo.
(E) o crime de furto em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.

47. Considera-se crime culposo quando

(A) o agente atinge o resultado delitivo requerido.
(B) o agente impede que resultado delitivo se conclua.
(C) o agente não quer o resultado delitivo, mas assume o risco de se realizar.
(D) o agente pratica a conduta por imperícia, imprudência ou negligência.
(E) o delito se agrava por resultado diverso do pretendido.

48. O Direito Penal brasileiro considera como momento do cometimento do crime

(A) desde o seu planejamento.
(B) quando atingido o resultado pretendido.
(C) o momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
(D) quando chega ao conhecimento das autoridades competentes.
(E) o momento do cometimento do crime é irrelevante para o Direito Penal.

49. O funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou que desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, responderá pelo delito de

(A) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
(B) peculato.
(C) apropriação indébita.
(D) prevaricação.
(E) corrupção passiva.

50. No Direito Penal brasileiro, o chamado estado de necessidade é

(A) causa de agravamento da pena.
(B) causa de exclusão de ilicitude.
(C) quando o agente pratica o delito para satisfazer uma necessidade pessoal.
(D) causa de perdão judicial.
(E) quando o agente atua em legítima defesa.

51. Em relação ao crime de estupro de vulnerável, é questão pacificada no Direito Penal

(A) a irrelevância do consentimento da vítima para a prática do ato, bem como sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
(B) o critério exclusivo de vulnerabilidade pela idade da vítima, menor de 14 anos.
(C) que a vítima do sexo masculino não pode ser sujeito passivo do delito em análise.
(D) que o desconhecimento da lei exclui a tipicidade delitiva.
(E) que a pena é duplicada se o agente exercer autoridade sobre a vítima.

52. Quando um sujeito dispara um projétil de arma de fogo contra um indivíduo, mas acaba ferindo mortalmente apenas o sujeito que se encontrava ao lado, ele responderá por

(A) homicídio consumado e por tentativa de homicídio.
(B) duplo homicídio.
(C) homicídio culposo.
(D) homicídio por dolo eventual.
(E) homicídio como se tivesse acertado o destinatário pretendido.

53. No tocante à Lei de Tóxicos n° 11.343/06, para a lavratura do auto de prisão em flagrante por tráfico de drogas previsto no art. 33 *caput*, é indispensável para a materialidade do delito

(A) que o sujeito esteja exercendo a venda da substância entorpecente proibida.
(B) o exercício de qualquer ação prevista no art. 33 e o laudo de constatação provisório.
(C) que ao agente possua quantidade superior a 10 gramas do entorpecente.
(D) que a detenção ocorra em via pública.
(E) que haja testemunha do exercício da venda de entorpecente.

Scanned by CamScanner

54. Em análise ao Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/97, com base nas alterações provocadas pela Lei nº 12.760/12, a materialidade do ilícito previsto no art. 306 (dirigir o veículo com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência)

(A) se concretiza apenas por exame de alcoolemia.
(B) se concretiza se resultar de acidente com vítima.
(C) se concretiza independente da submissão do condutor a exame, admitindo-se a comprovação por vídeo, testemunhos ou outros meios de prova admitidos.
(D) somente se aplicará a condutores habilitados.
(E) se concretiza apenas na esfera administrativa, revertendo-se em imposição de multa.

55. Classifica-se como crime tentado quando, iniciada a execução, não se consuma

(A) por circunstâncias alheias à vontade do agente.
(B) por inabilidade do agente.
(C) por desistência do agente.
(D) pela deterioração do objeto.
(E) em razão da atipicidade da conduta.

56. Dos seguintes crimes relacionados, qual se procede por representação do ofendido?

(A) Furto.
(B) Estupro de vulnerável.
(C) Apropriação indébita.
(D) Dano.
(E) Disposição de coisa alheia como própria.

57. O funcionário público que submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei responderá criminalmente por

(A) constrangimento ilegal.
(B) exposição a perigo.
(C) maus-tratos.
(D) calúnia.
(E) abuso de autoridade.

58. O funcionário público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, incorrerá no delito de

(A) prevaricação.
(B) condescendência criminosa.
(C) concussão.
(D) corrupção passiva.
(E) corrupção ativa.

59. Em relação ao concurso de agentes estabelecido no Código Penal, é correto afirmar que

(A) todos respondem igualmente para o delito, independente da conduta realizada.
(B) as circunstâncias de caráter pessoal, como a menor idade, serão comunicadas a todos os integrantes da atividade delitiva.
(C) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
(D) não há distinção entre partícipe e coautoria.
(E) o coautor que primeiro confessar o delito está isento de pena, independente do delito praticado.

60. De acordo com a Lei nº 10.826/03 (estatuto do desarmamento), o sujeito que for preso em via pública portando arma de fogo, que não contém mecanismo de acionamento, terá sua conduta considerada como atípica em razão do instituto

(A) da legítima defesa.
(B) do crime impossível.
(C) do erro sobre elementos do tipo.
(D) da discriminante putativa.
(E) da relação de causalidade.

61. No tocante aos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, previstos na Lei nº 8.137/90, o pagamento integral do tributo, a qualquer tempo, determina o encerramento da investigação policial ou do curso da ação penal em virtude

(A) da extinção da punibilidade.
(B) da decadência do direito punitivo.
(C) do perdão judicial.
(D) da prescrição punitiva do estado.
(E) da atipicidade da conduta.

Scanned by CamScanner

62. No Direito Penal brasileiro, é considerado o lugar do crime, tanto o lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado (art. 6º do Código Penal). A junção dessas hipóteses é chamada de teoria da

(A) ubiquidade.
(B) territorialidade.
(C) extraterritorialidade.
(D) causalidade.
(E) funcionalidade.

63. Em relação às espécies de penas aplicadas pelo Direito Penal, tem-se

(A) privativa de liberdades; restritivas de direitos e de multa.
(B) privativa de liberdades e de multa.
(C) privativa de liberdade; restritiva de direitos; cesta básica e de multa.
(D) privativa de liberdade; trabalho forçado e de cesta básica.
(E) privativa de liberdade e restritivas de direito.

64. No tocante aos crimes contra a vida, é circunstância qualificadora do crime

(A) a reincidência.
(B) ser contra mulher por razões da condição de sexo feminino.
(C) o abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.
(D) ser contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
(E) o estado de embriaguez preordenada.

65. A impossibilidade da lei penal nova mais gravosa ser aplicada em caso ocorrido anteriormente à sua vigência é chamada de

(A) princípio da ultra-atividade da lei nova.
(B) princípio da legalidade.
(C) princípio da irretroatividade.
(D) princípio da normalidade.
(E) princípio da adequação.

66. O crime de porte de arma de fogo é absorvido pelo crime de roubo quando estiver caracterizada a dependência ou subordinação entre as duas condutas. Para essa absorção, ainda, é necessário que os delitos sejam praticados no mesmo contexto fático. O enunciado refere-se ao

(A) concurso formal de crimes.
(B) crime continuado.
(C) concurso material de crimes.
(D) crime de mãos próprias.
(E) princípio da consunção.

67. O sujeito que dispõe em seu estabelecimento comercial regra, recusando ou impedindo acesso ao estabelecimento, negando-se a servir, atender ou receber clientes ou compradores em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional cometerá o delito

(A) de calúnia.
(B) contra a relação de consumo.
(C) de racismo.
(D) de injúria preconceituosa.
(E) de homofobia.

68. Dentre os delitos relacionados a seguir, NÃO é classificado como crime hediondo, em conformidade com a Lei nº 8.072/90,

(A) latrocínio.
(B) genocídio.
(C) estupro.
(D) posse ou porte de arma de fogo de uso restrito.
(E) furto qualificado.

69. O art. 1º do Código Penal afirma que não há crime sem lei anterior que o defina e que não há pena sem prévia cominação legal. O mencionado dispositivo corresponde a qual princípio de direito penal?

(A) Princípio da legalidade.
(B) Princípio da proibição de pena indigna.
(C) Princípio da proporcionalidade.
(D) Princípio da igualdade.
(E) Princípio da austeridade.

70. No tocante à aplicação da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), para a configuração da violência doméstica e familiar prevista no art. 5º da referida Lei, assinale a alternativa correta.

(A) Não se exige a coabitação entre autor e réu.
(B) É imprescindível a relação matrimonial.
(C) Não pode envolver relação patrimonial.
(D) Não se aplica na relação de parentesco consanguíneo.
(E) Não se aplica a casais divorciados.

Scanned by CamScanner

Direito Processual Penal / Legislação Extravagante

71. A respeito das exceções disciplinadas pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

(A) Não concordando o juiz com a oposição da suspeição, deverá aplicar o art. 28 do Código de Processo Penal por analogia.

(B) Para que a parte recuse o juiz, é necessário que ela própria assine a petição ou que seu procurador possua poderes especiais para tanto.

(C) A exceção de incompetência do juízo deverá ser feita apenas por escrito e no prazo de defesa.

(D) Caso a parte se oponha a mais de uma exceção, deverá apresentá-las em separado e apensadas ao processo principal.

(E) Em regra, as exceções suspendem o andamento da ação penal.

72. Assinale a alternativa que está de acordo com os preceitos da Lei n° 11.340/2006.

(A) As medidas protetivas de urgência devem ser adotadas pelo juiz no prazo de 24 horas.

(B) A violência moral é entendida como qualquer conduta do agressor que constitua calúnia ou difamação, excetuando-se a injúria.

(C) Em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar estará desacompanhada de advogado.

(D) A Lei n° 11.340/2006 veda a aplicação dos institutos da Lei n° 9.099/95, exceto o sursis processual.

(E) É possível obrigar o agressor a prestar alimentos provisionais ou provisórios.

73. Assinale a alternativa correta em relação à prisão temporária.

(A) A prisão temporária terá prazo de 5 dias improrrogáveis.

(B) Decretada a prisão temporária e findo o seu prazo, será ela convertida em preventiva necessariamente.

(C) Caberá prisão temporária nas hipóteses de homicídio culposo e doloso.

(D) A prisão temporária caberá quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

(E) Sempre que possível, os presos temporários ficarão separados dos demais detentos.

74. O juiz estará impedido de exercer jurisdição no processo

(A) no qual ele próprio ou seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o segundo grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

(B) no qual tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

(C) no qual for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer uma das partes.

(D) caso tenha aconselhado uma das partes.

(E) se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.

75. O Código de Processo Penal autoriza que o juiz substitua prisão preventiva pela prisão domiciliar quando o agente for

(A) maior de 60 anos.

(B) debilitado por motivo de doença.

(C) mulher, com filho de até 8 anos incompletos.

(D) homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 anos.

(E) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 8 anos de idade ou com deficiência.

76. À luz da Lei n° 7.210/1984, que disciplina a execução penal, assinale a alternativa correta.

(A) Em relação ao trabalho interno, a jornada não será inferior a 4 nem superior a 8 horas semanais.

(B) São recompensas regidas pela Lei n° 7.210/84 a concessão de regalias e o elogio.

(C) Considera-se egresso, para os fins da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 06 meses, a contar da saída do estabelecimento.

(D) Ao egresso poderá ser concedida assistência que consiste em alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado e pelo prazo de 3 dias.

(E) No trabalho externo, o número máximo de presos será de 15% do total de empregados na obra.

77. A respeito do prazo para o término do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

(A) 10 dias em caso de indiciado preso em flagrante; 30 dias em caso de indiciado solto ou preso preventivamente.

Scanned by CamScanner

(B) 30 dias em caso de indiciado preso em flagrante ou preventivamente; 10 dias em caso de indiciado solto, com ou sem fiança.
(C) 15 dias em caso de indiciado preso em flagrante ou preventivamente; 60 dias em caso de indiciado solto, com ou sem fiança.
(D) 10 dias em caso de indiciado preso em flagrante ou preventivamente; 30 dias em caso de indiciado solto, com ou sem fiança.
(E) 15 dias em caso de indiciado preso em flagrante; 60 dias em caso de indiciado solto ou preso preventivamente.

78. Em se tratando de ação penal pública condicionada, assinale a alternativa correta em relação à representação do ofendido.
(A) A representação é retratável até a sentença de primeiro grau.
(B) Oferecida a denúncia, a representação torna-se irretratável.
(C) A representação é retratável em qualquer fase do processo.
(D) Uma vez efetivada a representação, não há que se falar em retratação.
(E) Recebida a denúncia, a representação torna-se irretratável.

79. Supondo que um acusado preencha os requisitos legais autorizadores para a suspensão condicional do processo, todavia o Promotor de Justiça recusa-se a propor o sursis processual e o Juiz dissinta do entendimento ministerial, qual será o procedimento adequado?
(A) O juiz deverá aplicar o art. 28 do Código de Processo Penal por analogia, para que a questão seja levada ao Procurador-Geral.
(B) O acusado deverá interpor Recurso em Sentido Estrito.
(C) O processo continuará o seu trâmite até a sentença, haja vista que a oferta da suspensão condicional do processo é uma faculdade do Promotor de Justiça, independentemente do preenchimento dos requisitos do art. 89 da Lei n° 9.099/1995.
(D) O acusado deverá interpor recurso de Apelação.
(E) O juiz deverá abrir nova vista ao Promotor para que este avalie a hipótese novamente.

80. Uma vez a autoridade judicial determinando o arquivamento do inquérito policial por não haver base para a denúncia, é possível que a autoridade policial proceda a novas pesquisas com relação aos mesmos fatos?
(A) Sim, a qualquer momento desde que fundamente a decisão.
(B) Não, pois, com o arquivamento do inquérito policial, o Estado tacitamente renuncia ao *ius puniendi*.
(C) Sim, caso tenha notícia de outras provas.
(D) Não, uma vez que a decisão de arquivamento do inquérito policial faz coisa julgada material.
(E) Sim, desde que haja autorização judicial fundamentada.

81. Em relação às provas no Processo Penal, assinale a alternativa correta.
(A) Em hipótese alguma, o juiz poderá fundamentar sua convicção em elementos informativos colhidos na investigação.
(B) Caso o contraditório e a ampla defesa tenham sido garantidos no inquérito policial, o juiz poderá fundamentar sua convicção exclusivamente em elementos informativos colhidos na investigação.
(C) O juiz poderá fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação, desde que a decisão tenha espeque apenas em provas cautelares.
(D) O juiz poderá fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação, desde que a decisão tenha espeque em apenas provas cautelares, não repetíveis.
(E) O juiz poderá fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação, desde que a decisão tenha espeque em provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

82. A busca domiciliar será realizada quando fundadas razões a autorizarem, EXCETO na hipótese de
(A) prender criminosos.
(B) colher qualquer elemento de convicção.
(C) apreender pessoas vítimas de crime.
(D) submeter suspeito de cometimento de crime ao reconhecimento pessoal.
(E) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu.

Scanned by CamScanner

83. Suponha que dois policiais civis abordem um indivíduo em atitude suspeita e que portava ferramentas aparentemente destinadas ao crime de furto. Durante a abordagem, o indivíduo, de livre e espontânea vontade, confessa aos policiais que o seu objetivo era utilizar as ferramentas para realizar furto a residências. Tendo em vista a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) O indivíduo deverá ser preso em flagrante delito pela tentativa de furto à residência, haja vista portar as ferramentas necessárias, bem como haver confessado de livre e espontânea vontade.

(B) Neste caso, haverá o flagrante pela tentativa de furto, pois o agente estava prestes a cometer a infração, não tendo a consumação se efetivado por circunstâncias alheias à sua vontade.

(C) Não haverá flagrante capaz de ensejar a prisão, uma vez que, no caso apresentado, o agente não atingiu os atos de execução do delito, não havendo se falar em flagrante pelos atos preparatórios.

(D) O agente estaria em flagrante delito devido às ferramentas a serem utilizadas no delito, independentemente da sua confissão.

(E) A confissão obtida sem o contraditório e a ampla defesa impossibilitariam o flagrante.

84. A respeito do perdão constitucional anistia, assinale a alternativa correta.

(A) Lei posterior poderá revogar lei anterior concessiva de anistia.

(B) A lei que conceder anistia será imune ao controle de constitucionalidade.

(C) Via de regra, o beneficiário da anistia não poderá recusá-la. Contudo a recusa torna-se possível caso a anistia seja condicionada, bastando que o destinatário recuse as condições impostas.

(D) Deve se operar a anistia antes do trânsito em julgado da sentença penal, não se admitindo a sua concessão após o trânsito em julgado da sentença penal em respeito ao instituto da coisa julgada.

(E) A anistia guarda relação com as pessoas envolvidas, ao passo que a graça e o indulto são destinados a fatos.

85. Levando-se em conta o instituto da Medida de Segurança, assinale a alternativa correta.

(A) Tendo em vista as suas especificidades, a medida de segurança poderá durar perpetuamente.

(B) Havendo recurso apenas por parte da acusação, fica vedado ao Tribunal de Justiça aplicar a Medida de Segurança.

(C) A duração da medida de segurança está limitada ao *quantum* mínimo de pena privativa de liberdade cominada ao delito praticado.

(D) Havendo recurso apenas por parte da defesa, fica vedado ao Tribunal de Justiça aplicar a Medida de Segurança.

(E) O período de reavaliação da medida de segurança é de no mínimo 2 e no máximo 5 anos.

86. Em se tratando de decisão impugnável por meio de apelação e de recurso em sentido estrito, assinale a alternativa correta.

(A) Deverá ser interposta apenas a apelação, ainda que parte da decisão seja atacável por meio de recurso em sentido estrito.

(B) Deverão ser interpostos a apelação e o recurso em sentido estrito, por força do princípio da taxatividade dos recursos.

(C) Poderá ser interposto(a) apelação ou recurso em sentido estrito à luz do princípio da fungibilidade recursal.

(D) Deverá ser interposto apenas o recurso em sentido estrito, ainda que parte da decisão seja atacável por meio de apelação.

(E) O recorrente deverá optar por recorrer apenas da matéria atacável por apelação ou da matéria atacável por recurso em sentido estrito, não sendo possível recorrer de ambas.

87. Sobre as medidas cautelares diversas da prisão, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A periodicidade do comparecimento em juízo é estipulada pelo juiz.

(B) A fiança não poderá ser cumulada com outras medidas cautelares.

(C) É possível decretar-se internação provisória como medida cautelar diversa da prisão.

(D) O comparecimento periódico em juízo tem como objetivo que o acusado ou investigado informe e justifique ao juiz as suas atividades.

(E) A proibição de frequentar determinados lugares almeja evitar o risco de novas infrações.

Scanned by CamScanner

88. Supondo que um indivíduo fora condenado a uma pena restritiva de liberdade de 1 ano e 8 meses de reclusão e ao pagamento de 166 dias-multas, havendo o cumprimento integral da pena privativa de liberdade, mas não havendo o pagamento da multa, é correto afirmar que

(A) a extinção da punibilidade está condicionada ao cumprimento da pena privativa de liberdade, bem como à quitação da multa imposta.

(B) o cumprimento da pena privativa de liberdade ou a quitação da multa extinguem a punibilidade.

(C) o juiz, não havendo o pagamento da pena de multa, determinará a penhora de bens do condenado, visando garantir a extinção da punibilidade.

(D) cumprida integralmente a pena privativa de liberdade e quitado ao menos 1/3 da multa, o juiz poderá declarar extinta a punibilidade do condenado.

(E) o não pagamento da pena de multa não impede a extinção da punibilidade, desde que a pena privativa de liberdade tenha sido integralmente cumprida.

89. Tendo em vista o instituto do Inquérito Policial, assinale a alternativa que contemple uma hipótese de pessoa(s) não sujeita(s) ao indiciamento.

(A) Incapazes, ainda que relativamente.

(B) Maiores de 60 anos.

(C) O Presidente da República.

(D) Delegado de Polícia.

(E) Escrivão de Polícia.

90. À luz do Código de Processo Penal, assinale a alternativa que contemple a exceção cuja arguição precederá a qualquer outra.

(A) Coisa julgada.

(B) Suspeição.

(C) Incompetência do juízo.

(D) Litispendência.

(E) Ilegitimidade de parte.

91. Acerca dos valores da fiança, assinale a alternativa correta.

(A) Será de 1 a 100 salário mínimos quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 anos.

(B) Será de 20 a 200 salários mínimos quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 anos.

(C) A depender da situação econômica do preso, a fiança poderá ser reduzida em até 2/5.

(D) A depender da situação econômica do preso, a fiança poderá ser aumentada em até 100 vezes.

(E) Em nenhuma hipótese, a fiança será dispensável.

92. São requisitos para a proposta de suspensão condicional do processo, EXCETO

(A) pena cominada igual ou inferior a 1 ano.

(B) não estar sendo processado.

(C) não haver condenação por outro crime.

(D) preenchimento dos requisitos que autorizam a suspensão condicional da pena.

(E) reparação do dano.

93. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma garantia processual assegurada à criança e ao adolescente.

(A) Assistência judiciária gratuita e integral, em caso de necessidade.

(B) Defesa técnica por advogado.

(C) Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.

(D) Direito de ser ouvido pela autoridade competente, por meio de seus representantes legais.

(E) Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsáveis em qualquer fase do procedimento.

Scanned by CamScanner

94. A respeito das medidas socioeducativas estipuladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

(A) A prestação de serviços à comunidade não excederá 6 meses.

(B) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, o adolescente deverá ressarcir a coisa, ressarcir o prejuízo ou de outra forma compensar o prejuízo da vítima, não se admitindo a substituição da reparação do dano por outra medida.

(C) Em situação excepcional de maneira fundamentada, será admitido o trabalho forçado.

(D) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o aberto, após decisão judicial fundamentada.

(E) A internação poderá ser aplicada desde logo, ainda que haja outra medida mais adequada, desde que as circunstâncias de cometimento do ato infracional autorizem a medida extrema.

95. Dar-se-á a formação completa do processo quando

(A) oferecida a denúncia.

(B) recebida a denúncia.

(C) apresentada a resposta à acusação.

(D) citado o acusado.

(E) intimado o acusado.

96. Acerca dos procedimentos disciplinados pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

(A) O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou inferior a 4 anos de pena privativa de liberdade.

(B) No processo comum ordinário, na audiência de instrução, poderão ser inquiridas até 8 testemunhas arroladas pela defesa e 8 arroladas pela acusação, compreendidas aquelas que deixarem de prestar compromisso.

(C) Tratando-se de crime contra a honra, antes de receber a queixa, o juiz oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo e ouvindo-as, separadamente, sem a presença dos seus advogados, não se lavrando termo.

(D) A denúncia ou queixa será rejeitada caso falte justa causa para a aplicação da pena.

(E) O tempo para as alegações finais orais da acusação e da defesa é de 20 minutos, prorrogáveis por igual período.

97. Poderá ser interposto recurso em sentido estrito contra decisão, despacho ou sentença que

(A) converter a multa em reclusão ou em detenção.

(B) deixar de revogar a medida de segurança, nos casos em que a lei admita a revogação.

(C) impronunciar o réu.

(D) condenar o acusado à pena restritiva de direitos.

(E) anular o processo da instrução criminal, desde que a anulação seja parcial.

98. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 11.343/2006.

(A) Em caso de apreensão de droga remetida do exterior por via postal, a competência para processar e julgar o crime de tráfico internacional de drogas é do juiz federal do local da apreensão.

(B) Os crimes previstos nos artigos 33, *caput*, §1º, 34 e 37 da Lei nº 11.343/2006 são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça indulto, anistia e liberdade provisória, autorizada, entretanto, a conversão de suas penas em restritivas de direitos.

(C) Em caso de prisão em flagrante, no prazo de 24 horas, a autoridade policial fará comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, dando-se vista imediata ao Ministério Público.

(D) Em 10 dias, o Ministério Público poderá arrolar até 8 testemunhas.

(E) Nas hipóteses dos crimes previstos nos artigos 33, *caput*, §1º, 34 e 37 da Lei nº 11.343/2006, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de 2/5 da pena.

Scanned by CamScanner

99. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta em relação ao inquérito policial.

(A) O inquérito policial não poderá ser iniciado de ofício.

(B) A incomunicabilidade do indiciado é vedada.

(C) As diligências requeridas pelo ofendido, seu representante legal e o indiciado serão realizadas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

(D) Nos crimes em que a ação penal pública depender de representação, sem ela não poderá o inquérito ser iniciado.

(E) Após a apuração dos fatos, a autoridade policial fará minucioso relatório da apuração e o enviará ao Ministério Público, para que este ofereça ou não a denúncia.

100. À luz do Código de Processo Penal, assinale a alternativa que NÃO determinará a competência jurisdicional.

(A) A natureza da infração.

(B) O lugar da infração.

(C) A prevenção.

(D) O domicílio ou residência do ofendido.

(E) A prerrogativa de função.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Scanned by CamScanner